



Tribunal Superior Eleitoral

Estudos Eleitorais



Volume 7
Número 3
set./dez. 2012

CRISE GLOBAL OU A APORIA DO PARADOXO CONTEMPORÂNEO? A CONSOLIDAÇÃO DO IDEAL DE JUSTIÇA COMO NOSSO DEVER HISTÓRICO

Vanessa R. S. Cavalcanti¹

Antonio Carlos da Silva²

Resumo

A crise político-econômica mundial pode conduzir à transformação da sociedade em favor da liberdade e justiça social ou simplesmente consolidar a evolução dos instrumentos legítimos de coerção e manutenção da ordem social vigente? O objetivo deste artigo é contribuir para o processo de revisão crítica da economia política e história contemporânea. Desse modo, promovemos, por meio de uma incursão crítica pela história do socialismo pós-1848, uma abordagem sobre a conflitante decisão em optar por revolução ou reforma na obtenção de liberdade com justiça social. O ideário socialista permeia nosso debate sobre se continuaremos acreditando na estratégia liberal democrata de realizar crescimento econômico com equidade social ou se construiremos nossa própria via de acesso para a (pós) modernidade.

Palavras-chave: História. Política. Social democracia.

Abstract

The politics and economic crises can lead to the transformation of the society in favor of the freedom and social justice or just to consolidate the evolution of the instruments of coercion and maintenance of the social order? The objective of this article is to contribute for the process of critical revision of the Economy Politics and contemporary History. In this way, we promote, through a incursion for the history of the socialism after-1848, a boarding on the conflicting decision in opting to revolution or reform in the attainment Freedom with Social Justice.

¹ Pós-doutora pela Universidade de Salamanca, Espanha. Doutora em História pela Universidade de Leon, Espanha. Professora e investigadora do doutorado e mestrado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. Integrante do NPEJI/UCSAL e NEHSC/PUC/SP. *E-mail:* vanessa.cavalcanti@uol.com.br.

² Doutor em Ciências Sociais. Assessor de Relações Internacionais e professor de História Econômica Geral da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). *E-mail:* carlos.zamora@uol.com.br.

The socialist ideology supports our debate about on if we will continue believing the democratical liberal strategy in carrying through economic growth with social equity or will construct our own path to access for (post) modernity.

Keywords: History. Politics. Social Democracy.

Não há nada mais difícil de empunhar, mais perigoso de conduzir ou de êxito mais incerto do que assumir a liderança na implantação de uma nova ordem de coisas. Isso ocorre porque o líder tem como inimigos todos aqueles que se deram bem nas condições da velha ordem e um apoio apenas morno daqueles que podem a vir a se dar bem na nova ordem.

Nicolau Maquiavel. *O príncipe*.

I Considerações iniciais

A sociedade contemporânea, pós-queda do muro de Berlim (1989), encara um novo período de transição. A constatação dessa situação é resultado dos significativos conflitos, êxitos e fracassos entre, no mínimo, dois princípios: economia e política; capitalismo e socialismo; público e privado; e, principalmente, mercado e Estado. O conflito secular remete a uma análise crítica do(s) porquê(s) da crise da sociedade capitalista. Isso ao considerar, consoante inúmeros analistas de plantão, a tese do fim da História e afirmar, categoricamente, a consolidação da democracia liberal nos países industrializados.

O seu interlocutor mais polêmico, o norte-americano Francis Fukuyama, causou furor ao publicar um artigo que confirmava, em 1989, aproximadamente três meses antes da queda do muro de Berlim, a vitória incontestável do liberalismo político e as leis do mercado sob a apatia das estratégias de planejamento central. Em 1992, logo após a derrocada do regime soviético, o polêmico cientista lança *O fim da História e o último homem*, arraigando a panaceia das virtudes e a criação da prosperidade em um “admirável mundo novo” sem contestações ideológicas viáveis para a transformação da ordem social. A proposição ampliou o mercado das ideias sobre a conjuntura mundial e aumentou o grau de influência e expansão do poder da tríade – Estados Unidos, União Europeia e Japão – sobre as economias democráticas em busca do sonhado desenvolvimento sustentável.

Vale assinalar que as instituições políticas criadas nas resoluções pós-Segunda Grande Guerra (1939/1945) continuam a receber “suporte total” das grandes potências, em particular nos campos da ação política e econômica mundial, destacando-se o Fundo Monetário Internacional (1944), o Banco Mundial (1944) e a Organização das Nações Unidas (1945).

No contexto apresentado, surge a dúvida: a crise estrutural do capital pode conduzir à transformação da sociedade em favor da liberdade e da justiça social – como postularam os marxistas em sua fundamentação ideológica revolucionária – ou simplesmente consolidar a evolução dos instrumentos legítimos de coerção e manutenção da ordem social vigente? Em tese, acreditavam os marxistas que o colapso do sistema capitalista seria provocado de forma endógena. Isso porque uma série de crises intermitentes na atividade econômica levaria a uma transformação da sociedade em favor da (re)organização e funcionalidade da relação capital/trabalho.

A História tem comprovado que, de acordo com esse panorama, nada impede que a evolução da crise leve a uma adequação do próprio sistema para superar suas mazelas cíclicas sem resolver as contradições entre a produção social e a apropriação privada.

Como propõe a dupla tese defendida por Joseph Schumpeter, no primeiro quinquênio do século XX, em que “o desempenho atual e futuro do sistema capitalista é tal que nega a ideia de seu desmoronamento sob o peso do fracasso econômico”; e “seu próprio sucesso mina as instituições sociais que a protegem criando condições inviáveis para existência do sistema” (SHUMPETER, 1984). Essa passagem segue o paradoxo capital da economia política e análise do sistema capitalista.

Assinala-se que os últimos 30 anos do século XX foram decisivos e enunciaram uma ruptura sem precedentes nas teorias de ciclos econômicos de organização e funcionamento das sociedades. Dois proeminentes economistas, o austríaco Joseph Schumpeter (1883/1950) e o russo Nikolai Kondratieff (1892/1930) referendaram essa teoria ao determinarem o entendimento analítico dos ciclos de longa duração, aproximadamente 50 a 60 anos de ascensão e declínio da economia mundial.

As estratégias de desenvolvimento em médio e longo prazo foram substituídas compulsoriamente por planos de curto e curtíssimo prazo – no caso dos governos para atender o período de gestão mínimo

e das empresas pela premente necessidade de prestar contas aos acionistas globalizados – fortalecendo a “opção de investimentos” em capital especulativo em detrimento do capital produtivo. Ainda como um elemento marcante, acrescenta-se a ideia de que a mundialização da produção e a internacionalização do capital, com abordagem atualizada pós-1970 e com a dicotomia presente na opção keynesiana, produziram novas e aterradoras situações que os técnicos políticos (os chamados *technopols* formados e direcionados em Washington) não conseguem dar conta utilizando o mesmo instrumental econômico e político da “Era de Ouro” do capitalismo contemporâneo.

Apartir dos anos 60, o comércio mundial expandiu-se com rapidez, caracterizando-se pela automatização e ampliando as possibilidades de consumo em escala mundial, colocando em dúvida a promessa de superação da crise pelo próprio capitalismo – se aceitarmos a premissa schumpeteriana de que o sucesso do sistema mina as instituições sociais que o sustentam.

As décadas finais do século passado confrontaram uma realidade econômica e política sem precedentes. Com o colapso do modelo soviético (1991), a “opção individualista” e empresarial orientada para o mercado suplantou a proposta keynesiana de intervenção estatal na vida econômica e as consequentes modalidades do Welfare State – um sistema econômico baseado na livre-empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais – já em profunda erosão decorrente das sucessivas crises do petróleo (1973/1979) e da desorganização dos países em desenvolvimento em promoverem seus planos de estabilização monetária não conflitantes com a retomada do crescimento econômico sustentável.

Apesar da derrocada soviética e vitória da democracia – a principal forma de governo e determinante organizacional do sistema –, estamos vivenciando o derradeiro suspiro do capitalismo? Contrariando a tese de Fukuyama, a proposta teórica delineada aqui é justamente na contramão do ideário liberal, pois não acreditamos que o ano de 1991 marque o triunfo definitivo do sistema de Economia de Mercado e Liberalismo Político, mas uma nova abrangência para comprovar a assertiva marxiana de que, retomando o Manifesto Comunista, “tudo que é sólido desmancha no ar” (MARX & ENGELS, 1997).

Com a intenção de promover sua continuidade e suposta manifestação de poder, os estados nacionais acirram o debate sobre sua própria existência. Isso porque, em termos econômicos, os sentimentos políticos com relação à nação de origem não pertencem mais à atual realidade, ou seja, com a nova ordem econômica estabelecida pós-1973 (crise do petróleo), a criação de um mercado único e global possibilita que as atividades comerciais sejam efetuadas a qualquer tempo e em qualquer lugar.

O mercado ampliou a produção e o consumo para além das fronteiras nacionais e modificou claramente o conceito de cadeia de valor. Por exemplo, uma empresa típica no limiar do século XXI será descrita assim: a engenharia será feita em Bangalore, na Índia; a produção, no Vietnã ou em Dalian, na China; a área de vendas, embora permaneça na sede por fazer parte das capacidades centrais, estará disponível também via Internet – e o pagamento, com simples cartões de crédito, exigirá apenas a participação ativa e processual das empresas de telecomunicações. Para finalizar, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento poderá ser na Califórnia, onde encontramos o Vale do Silício norte-americano, com administração terceirizada ou quarteirizada.

A nova divisão do trabalho dentro das próprias empresas transnacionais espalhadas por todos os continentes, uma adequação selvagem da proposta de Adam Smith para aumentar a produtividade das nações (SMITH, 1998), ampliou a busca de custos mais baixos e maiores vendas em contrapartida aos contínuos decréscimos salariais, à flexibilização das leis trabalhistas e à preponderante disparidade entre os países que pertencem ou não a tríade – salientando, ainda, a grande incógnita em relação ao império chinês após a sua inclusão, em 2001, na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Deve-se atentar que, além da produção, o consumo também tende a expandir-se globalmente. E, quanto maiores os investimentos em tecnologia e instrumentos de gestão, apostando nas promessas de racionalização dos custos e automatização competitiva da produção, maior o índice de desemprego e menor a força de trabalho e do poder de compra nacional.

A grande problemática aqui referida expõe o seguinte: o aumento inequívoco da competição global, um dos alicerces do

liberalismo econômico, desintegra o capital das empresas na formação do estoque de capital nacional, pois ele se internacionaliza. Por conseguinte, “a fidelidade à economia nacional vai por água abaixo, não há mais nenhuma estratégia de desenvolvimento econômico [...]. A filosofia da marca de qualidade desloca-se igualmente dos limites econômicos nacionais para um nível mais globalizado: não mais *made in* Alemanha, mas *made in* Mercedes” (KURZ, 1997, p. 137-138).

Um novo mecanismo de poder, talvez uma atualização das propostas imperialistas de anexação e predomínio (organização e funcionalidade), está presente em nosso debate: a formação de um estado supranacional. Isso porque – ao limitar a atuação e competência do Estado às suas fronteiras nacionais, em contraste com o ilimitado poder econômico das instituições privadas – defrontamo-nos com um perigoso jogo em que as consequências são traumáticas ao, até então, “capitalista ideal”.

Exemplos contundentes dessa assertiva são as zonas de livre comércio: a União Europeia, a Nafta (Associação de Livre Comércio da América do Norte), o Mercosul (Mercado Comum do Sul) e o enunciado bloco econômico do pacífico, liderado pelo Japão e com participação da China, para o ano de 2011.

Considerando as diferenças acentuadas entre os países que compõem esses blocos, os estados dependentes de capital externo enfrentam sérios e crônicos problemas de legitimidade, pois, para manterem suas “vantagens comparativas” na atração de investidores internacionais, transformam seus planos de economia política em política econômica, ou seja, para sanear contas públicas e prover investimento/poupança, são obrigados a comprometerem sua competência e eficácia – liberdade e justiça social – com propostas de redução de impostos e flexibilização das árduas e históricas conquistas trabalhistas. Assim, com o aumento da competição global as próprias instituições internacionais acabam por limitar seu desempenho econômico.

Uma constatação cruel do princípio da “autossemelhança”, consternado com a degradação do homem a partir da dissolução de sua mais proeminente representação: o Estado. O desespero resultante da dependência cada vez maior de infraestrutura funcional e organizada dos países periféricos pressupõe que o processo de mundialização desigual

promove – se considerarmos os conflitos históricos vivenciados na América Latina, África e Caribe – uma constante desigualdade econômica crescente no cerne social dessas nações.

Uma manifestação contemporânea da barbárie, visto que a globalização que necessitamos não é a dos meios e objetos de trabalho, mas sim de uma nova crítica social que analise as formas de governo, as tipologias de poder e as ideologias – no sentido manifesto marxiano de transformar ideias em ações revolucionárias – para consolidar o real papel do Estado e suas idiosincrasias representativas. Para isso, será necessária uma reformulação teórica da história do pensamento para demonstrarmos que a sociedade ainda não atingiu o seu apogeu e consequente fim (sistemático e processual). E uma reflexão, sem retomar utopias, que promova caminhos e matizes para o estabelecimento da liberdade e justiça social.

Cabe a suposição de que devemos assinalar os pressupostos e as tipologias de poder possíveis para a consolidação e transformação do capitalismo em um sistema que retome os ideais (ainda) prementes do Iluminismo de Immanuel Kant: razão, progresso e melhoria das condições de todos os seres humanos.

A compreensão das diferenças ideológicas do neoliberalismo, socialismo e da social democracia é capital para nossa análise. Isso porque, a partir de 1884, com a determinação estratégica dos socialistas em optarem pela participação e pelo uso das instituições políticas existentes para obter o poder – sistema partidário e sufrágio universal –, novas possibilidades apresentaram-se para a integração dúbia das esquerdas na sociedade capitalista e definição das diretrizes políticas para reformar ou revolucionar os condicionantes sociais – que são, em essência, econômicos.

2 A social democracia como um fenômeno histórico para alicerçar o poder e promover o socialismo?

À luz dos recentes e contínuos acontecimentos – usurpação da autonomia e legitimidade dos estados nacionais, em intermináveis e alienáveis conflitos étnicos pela emancipação política, destacando o leste Europeu, a América Latina e continente africano –, recorreremos à História, mais precisamente, aos anos efervescentes que motivaram os

povos e iniciaram o processo, lento e contínuo, de erosão dos impérios e promoveram o acirrado debate entre o socialismo (representado, neste particular, pela social democracia) e o liberalismo – desde meados do século XIX ao conturbado e imponente século XX.

As revoluções de 1848³, compreendidas como parte do processo transformador e permanente iniciado com as revoluções Francesa (1789) e Inglesa (1640), deixaram claro para a burguesia que na conquista e manutenção do poder, os novos defensores da ordem social precisariam apreender na política (República democrática) os interesses imediatos e confessos do povo. Para a burguesia assumir o domínio político, teve que combater as instituições aristocráticas vigentes e criar novos instrumentais de organização e solidificação do individualismo – base da acumulação de capital e inalienação da propriedade privada concorrencial.

O próprio Karl Marx destacava que, ao analisar os resultados de 1848, o proletariado estava impossibilitado de levar adiante uma verdadeira confrontação com a “nova ordem” e, não obstante, ao invés do aparente e efêmero crédito, seu antagonismo com a burguesia tornara-se mais agudo. O manifesto era convincente para uma estratégia de educação e consciência política imprescindíveis numa revolução que tinha por objetivo capital mudar a ordem vigente.

O tema recorrente do movimento socialista desde então tem sido essa noção de estender o princípio democrático da esfera política para a social – que é na essência, vale reiterar, principalmente econômica. Portanto, fazer ou não uso das instituições políticas já existentes e, por conseguinte, adotar o voto como elemento de emancipação?

Tal abordagem promove uma necessária digressão. Entre 1864 e 1943, as Internacionais foram decisivas para determinação dos valores e objetivos estratégicos dos trabalhadores. Compreendida como a Associação Internacional, essa Federação foi responsável pela organização

³ Nomeadas de “Primavera dos Povos”, pois como a primavera não durou, surgiram e pereceram como uma grande onda, deixando apenas a promessa de uma nova ordem social. Foi a primeira grande insurreição potencialmente global, envolvendo praticamente toda a Europa e exercendo influências marcantes na América Latina (Brasil e Colômbia). Os levantes mais duradouros e consistentes ocorreram em Paris (França) e, como nos demais países, o velho regime retornou ao poder, em dezembro de 1848, com apoio popular, nas mãos “ditatoriais” de Luís Bonaparte. Ver em HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital (184-1875)*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.

da classe trabalhadora – educação e consciência política – na difícil missão de conquistar o poder.

Na Primeira Internacional (1864-1876), Marx conseguiu estabelecer reivindicações de caráter cada vez mais socialista e firmar compromisso a favor da propriedade pública e do direito de voto da classe operária. Ficou caracterizado – ver a justificação histórica no trabalho *A guerra civil na França* (MARX, 1986) – que a concretização do manifesto pela emancipação da classe passa necessariamente pela adoção de formas efetivas de ação política.

Salienta-se que somente em 1872, no Congresso de Haia, a Associação Internacional dos Trabalhadores aprovou e confirmou em artigo estatutário, elaborado por Marx, que “a conquista do poder político torna-se o grande dever do proletariado” (COLE, 1974). Tal situação remete ao âmago reforma-revolução, “se os socialistas usassem a instituição do voto – estabelecida pela burguesia em sua luta contra o absolutismo – para vencer as eleições e criar na sociedade leis que conduzissem ao socialismo, a burguesia poderia utilizar meios ilegais para defender e garantir seus interesses?” (PRZEWORSKI, 1989, p. 21).

A revolução seria, talvez seja, necessária como medida meramente defensiva – uma salvaguarda para a manutenção e legitimidade conquistada pelo voto, mas não o conturbado fim da História prescrito. Como bem discorreu Marx sobre a Comuna de Paris (1870), a classe operária não tinha estratégias reais para concretizar a ideia inicial de liberdade sem confundi-la com uma igualdade falaciosa e efêmera.

Contudo, as eleições também são úteis porque permitem às lideranças – sindicatos, instituições de classe e partidos – uma avaliação do fervor revolucionário das massas. O pleito eleitoral tornou-se o indicador da maturidade da classe operária, como argumentava Engels. Somente com a Segunda Internacional (1889-1914) pode-se considerar, apesar da manutenção proeminente do movimento dos trabalhadores, uma base política real formada pelas massas. Essa situação se deve, em grande parte, ao domínio exercido pela Social Democracia Alemã (SPD) no Congresso de Paris, em julho de 1889, e aos partidos a ela filiados.

Um breve retrospecto para ilustrar essa propensa emancipação serve aos nossos propósitos imediatos: nas eleições do Reichstag (1874), os social-democratas obtiveram 350.670 votos. Em 1890, esse número

aumentou para 1.400.000 e, em 1912, para 4.200 milhões. Com relação aos filiados, houve um acréscimo de aproximadamente 163% entre 1895 a 1900, de 129.000 para 680.000, alcançando a marca surpreendente de 1 milhão de partidários no ano de 1912.

A Primeira Guerra Mundial merece destaque. Isso porque, com a sua eclosão, os princípios básicos da Internacional foram desrespeitados: a intervenção e o término rápido da deflagração, como assinala Braunthal (1961), em *The History of the Internationals*. Tal posição foi reafirmada nos congressos que anteciparam a guerra, destaque para o da Basileia, em 1912, que discorria sobre a utilização da crise político-econômica desencadeada para organizar e insuflar as massas em favor da derrocada do sistema e, por suposto, assumir o domínio da classe capitalista.

Na Basileia, a configuração dada ao processo foi menos a de um congresso e mais de uma manifestação contra a guerra. Os partidos socialistas envolvidos,

tanto dentro como fora dos parlamentos, fizeram o máximo que puderam em formas de protestos e manifestações; mas a verdade é que não tinham forças para evitar o desastre. [...] Nos países ocidentais não tinham nem força nem vontade para evitar a guerra pelo único meio que podia evitá-la: a revolução; e inclusive na Rússia a revolução veio não para evitar a guerra senão como consequência dela (COLE, 1974, p. 96).

Entretanto, diria Isaac Deutscher (1972): “tais palavras haviam sido apenas um fino verniz cobrindo um nacionalismo profundamente enraizado”. A proposta de internacionalização foi suplantada pelo zelo emotivo e organizado dos principais partidos da Segunda Internacional – não incluídos os partidos russos, sérvios e húngaros; fiéis aos princípios da Internacional – que forneceram o estopim necessário para seus governos e renunciaram todo um período de expansão capitalista e de integração nacional do movimento operário.

Não podemos deixar de mencionar que algumas tentativas de reviver o compromisso assumido na Segunda Internacional foram proferidas por partidos de países neutros, no entanto, sem sucesso. Comprovada, sobretudo com base no ano de 1921, a força e influência dos partidos social-democratas tornaram-se decisivas para a caracterizada postura reformista dos movimentos de esquerda no século XX.

Como o reformismo começou a imperar em detrimento dos ideais revolucionários? O fato sustenta-se na seguinte característica histórica – a partir do final do século XIX, principalmente na Alemanha e na Áustria, os partidos social-democratas viveram um constante dilema: concentrar a luta pela emancipação da classe trabalhadora segundo os ditames das instituições políticas vigentes (uma medida mais aprazível em curto prazo, considerando que as conquistas obtidas seriam decorrentes das batalhas travadas no Parlamento burguês) ou em confronto direto para modificar a ordem vigente e estabelecer não uma nova ordem, mas a “emancipação humana” (como definia o jovem Karl Marx em seus primeiros manuscritos).

A tarefa da História, desta forma, depois que o mundo da verdade se apagou, é constituir a verdade deste mundo. A imediata tarefa da Filosofia, que está ao serviço da História, é desmascarar a autoalienação humana nas suas formas não sagradas, agora que ela foi desmascarada na sua forma sagrada. A crítica do céu transforma-se, deste modo, em crítica da terra, a crítica da religião em crítica do Direito, e a crítica da teologia em crítica da política. Para com esse propósito alcançar a emancipação humana (MARX, 2001, p. 56).

Apesar da análise crítica e acurada de pensadores políticos em relação à atuação política das massas, destacando Kaustsky, Hilferding, Rosa Luxemburgo e Bernstein – todos representantes e ideólogos da Segunda Internacional –, essencialmente no tocante ao papel da violência na luta da classe operária e ao direito manifesto às greves, foi a proposta apresentada por Otto Bauer no Congresso de Linz, em 1926, que limitou a participação das “milícias de trabalhadores”, leia-se direito à greve e insurreição armada, apenas em última instância.

Expressando as bases socialistas do período, o desejo de perpetuar a essência das revoluções de 1848 ficou latente ou quase esquecido. Para reforçar essa premissa, apesar da perspectiva nuclear marxiana de revolução e formação do Estado proletário, Friedrich Engels incentivava e até, segundo fatos históricos comprovados na avaliação de sua correspondência travada com Kautsky e Bebel (1890), estimulava os esforços estratégicos dos partidos social-democratas em conquistar, ampliar e manter representação eleitoral. Entrementes, um fato curioso merece destaque em nossa análise: a radical divisão do partido entre duas

facções intrínsecas a sua “estrutura corporativa” – os membros e adeptos de um lado; e os líderes e funcionários do outro.

Um aburguesamento progressivo dos gestores e estrategistas do partido, ou seja, uma opção cada vez mais solidificada de reformismo. Persiste, portanto, a ironia schumpeteriana: “os ideais revolucionários podem impulsionar a História, mas não fornecem alimento nem abrigo [...] nenhum partido pode viver sem um programa que ofereça a promessa de benefícios imediatos” (SCHUMPETER, 1984, p. 27).

A organização e funcionalidade das instituições comandadas pelo Estado – democrata ou aristocrata (considerando o ideal de República e a caracterização corrompida e negativa da democracia em Platão) – inviabilizam qualquer tipo de insurreição armada, conforme assevera Marx, reduzindo-as apenas a desoladoras lutas étnicas. Assim, arrefecem os questionamentos com relação à participação parlamentar contínua ser o único recurso disponível aos trabalhadores para emancipação política e extensão social. Somente com a representatividade política, fundamentam os teóricos da social democracia, os trabalhadores podem defender-se das sucessivas derrotas e inevitáveis repressões.

As conquistas obtidas com o sufrágio universal, contudo, são superficiais e frívolas se as massas não forem organizadas e autorreconhecidas como classes de trabalhadores com interesses e necessidades inerentes às relações sociais de produção, circulação, distribuição e, inequivocamente, às leis que as regem.

A participação eleitoral, assevera Przeworski (1989, p. 26), apresenta um dilema cáustico quando afirma que “faz-se necessária se o movimento pelo socialismo pretende obter apoio junto aos trabalhadores; contudo, essa mesma participação parece obstruir a consecução de seus objetivos finais”. Não obstante, salientamos que os partidos social-democratas, à luz da ação histórica, foram e são a principal forma de organização política da classe operária – considerando sua constante evolução em pleno século XXI, com relação aos interesses imediatos (considerar como exemplos os atuais governos trabalhistas do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Inglaterra). Nem Engels poderia assegurar que essas contínuas intensificações do ideário socialista seriam conduzidas pelos social-democratas, ainda mais se destacarmos a inquestionável sobrevivência do capitalismo frente às constantes variações cíclicas.

Retomando – após essa necessária digressão –, os partidos social-democratas tiveram que abrir espaço para outras formas de representação não exclusiva aos operários. Com precisão, o perfil consolidado nas Internacionais, a partir do século XX, apresentou uma diminuição de trabalhadores na composição partidária.

Para ilustrar a linha interpretativa sugerida nessa passagem, pode-se inferir que, no caso específico do SPD (Partido da Social Democracia Alemã), em 1912, 90% dos membros do partido eram trabalhadores; 60%, em 1930; e, em 1977, apenas 27%. Na realidade, a participação da classe trabalhadora foi diminuindo ao longo de meio século de maneira expressiva e contínua.

O poder do sufrágio torna-se a ferramenta capital de articulação e conquistas de uso das instituições políticas existentes ao mesmo tempo em que fortalece o incongruente paradoxo: a participação ativa e nuclear de trabalhadores nas definições dos interesses imediatos frente à manutenção e ao fortalecimento partidário sob o jugo das instituições políticas existentes. Tal assertiva corrobora na investigação acadêmica de que, ao abrir participação partidária para outros grupos sociais para viabilizar maioria política, além da possível supressão da classe operária, os partidos social-democratas afastavam-se cada vez mais da utopia revolucionária e promoviam implicitamente o recrudescer das inspirações reformistas em um cenário democrata. Ou seja, a classe organizada em partidos políticos, mas fragmentada – cooperativas, associações de bairro, clubes, etc. –, não aparece como um agente único em conflitos históricos pelo poder e, se as instituições políticas servem à representação, “as massas” não agem diretamente em defesa de seus interesses ao permitirem a desmobilização e submeterem-se aos “interesses de seus dirigentes”. O problema crucial da esquerda “não é que suas oportunidades jamais se apresentam, mas que as condições normais em que ela deve operar impedem-na de desenvolver movimentos tendentes a aproveitar os raros momentos em que é chamada a agir como revolucionária” (HOBBSAWM, 1973, p. 14-15).

Serão, todavia, seguindo os pressupostos de Karl Kautsky, Eduard Bernstein e Jean Jaurès, a democracia representativa e a social democracia os veículos para o socialismo real? Como estabelecer estratégias em longo e médio prazo se as necessidades políticas são imediatas e, inequivocamente, únicas neste momento histórico? Reinventar o Estado,

reavaliando os postulados de Platão, Hobbes, Maquiavel e Rousseau ou compreender as disparidades e pluralidade dos sujeitos históricos no discernimento político? Afinal, a democracia é, respeitando o postulado em *Uma discussão célebre* (BOBBIO, 1998), uma indiscutível oportunidade para movimentos totalitários e a manutenção das instituições políticas vigentes – principalmente se destacarmos o universo latino-americano.

Um bom exemplo para ilustrar essa afirmação, buscando suporte teórico em Hannah Arendt, são as duas significativas e importantes ilusões dos países democráticos em relação ao nosso debate. Primeiro, destaca a filósofa, a participação ativa do povo no processo político e, por conseguinte, a simpatia de todo indivíduo por um partido ser pífia e momentânea – não ativa e eloquente – com o objetivo de conquistar o poder. Segundo, as massas, apesar de indiferentes frente ao processo político, são de suma importância para alcançar a sonhada liberdade e constituírem o pano de fundo para a vida política da nação.

Desse modo, a previsão de Engels, proferida em 1895, parece confirmar-se. Chegamos ao limiar do século XXI e a vitória nas urnas da social democracia (e seus derivados) é inquestionável na maioria dos países. Entretanto, o progresso eleitoral não garantiu uma conquista político social (estruturada na economia) que assegure a confirmação do socialismo.

Tal acontecimento ocorre devido ao fato de que, conforme comprovado nos últimos 30 anos, a democracia contém um dispositivo impreciso que atua automaticamente no sentido de acentuar a oposição ao capitalismo e, também, desenvolver o sistema. Para determinar esse dispositivo em favor do socialismo e impedir o fortalecimento da falácia democrática, a classe trabalhadora deve seguir a instrução dos movimentos revolucionários burgueses, que derrotaram as instituições aristocráticas nos séculos XVIII e XIX, e combater as ramificações da ordem vigente. Ademais, vale recordar os pressupostos do Manifesto Comunista de 1848, no qual Marx discorre sobre a necessária conscientização e educação política da classe operária como motores indispensáveis para a revolução real.

Em outras palavras, para revolucionar é necessário, antes de qualquer coisa, transformar as instituições políticas vigentes e pregar a “desobediência civil” em favor de uma forma de governo real, não ideal e utópica, que faça luz para construção de um

Estado que abrigasse essa espécie de fruto, aceitando-lhe a queda mal amadurecesse, e abrindo caminho para outro ainda mais perfeito e glorioso [...] Nunca haverá um Estado realmente livre e esclarecido até que este reconheça o indivíduo como o poder superior e independente, do qual deriva todo o seu próprio poder e autoridade, e o trate de acordo com isso. Apraz-me imaginar um Estado que por fim pode se permitir ser justo para com todos os homens, e tratar o indivíduo com o respeito que lhe merece um vizinho; que até não julgaria incompatível com seu próprio sossego se uns poucos sujeitos fossem viver à parte, não se imiscuindo com ele, não abarcados, mas cumprindo todos os deveres de vizinhos e companheiros (THOREAU, 2001, p. 345-346).

3 O processo eleitoral como estratégia para obtenção de poder

Ao aceitarmos a divisão de classes como representação da sociedade capitalista, iniciamos, concomitantemente, uma etapa fundamental para a compreensão da dicotomia “determinismo individual” *versus* “fundamentalismo coletivo”. Isso decorre da premissa de que os interesses são conflitantes e a ideia original de um estado responsável pelo funcionamento e pela organização equilibrada da sociedade é suplantada pela definição histórica de sua concepção original: o Estado como gestor e mantenedor da ideologia e dos interesses da classe dominante.

As regras são claras e eloquentes: o socialismo parece uma ideologia abstrata em comparação com sua experiência cotidiana. Afinal, o jogo democrático é implacável em sua regulamentação. Sem a maioria no Parlamento, o partido não consegue governar nem ter expressão através de suas vozes minoritárias. Dentro desse panorama, é prioritário estabelecer alianças que podem provocar controvérsias ideológicas e amparar ensaios reformistas em detrimento das ações revolucionárias. Se considerarmos o veículo eleitoral como o mais influente e contundente na batalha universal pelo poder – sendo, no caso específico, coniventes com as regras e instituições presentes –, sua natureza intrínseca impede que uma minoria isolada obtenha a vitória. Um partido representante de uma classe que possui menos membros que outras classes associadas não pode vencer batalhas eleitorais.

Por quais motivos, alienados ou não, os partidos com ideários socialistas não conseguem efetivar transformações significativas com seu parecer histórico quando vencem o pleito eleitoral? A própria conotação de alianças políticas justifica essa interrogação. Ampliam os questionamentos em relação aos partidos social-democratas serem os ideais representantes de uma ideia de nação passível de realizar liberdade com justiça social.

Reformar ou revolucionar as instituições políticas vigentes? Através do processo eleitoral a resposta é única: reformar. No entanto, isso não significa que tais medidas conduzam ao socialismo. O próprio Marx defendia, em 1864, que sem a conquista prévia do poder político era impraticável promover a constituição de uma sociedade socialista inalienável das instituições existentes.

Tal assertiva confirma a tese schumpeteriana: o socialismo era um produto do meio que nascera. Portanto, o paradoxo consistia em vencer as barreiras ideológicas do liberalismo, confrontá-las e vencê-las, independentemente da raiz e do domínio intelectual estar engendrado na doutrina socialista de emancipação de uma classe derivada e “representativa” do próprio sistema de reprodução social do capital.

No entanto, como reagir se as instituições existentes estabelecem políticas que realmente trazem benesses para o “proletariado”? Marx contra-argumentava com o seguinte questionamento, postura tipicamente dialética e com base no materialismo histórico: as políticas em questão – como previdência social, imposto de renda progressivo, saúde e educação – promovem a evolução do capitalismo ou sua própria destruição em favor da emancipação socialista?

Ao determinar o sistema eleitoral como principal via de acesso para consolidar o “grande dever” da classe operária, os social-democratas começaram a se deparar com uma dicotomia célebre, pois ao direcionarem o processo de desenvolvimento do ideário socialista às representações parlamentares – característica reformista – táticas, “foram reduzidas as tentativas de conquista do eleitorado e as discussões políticas limitadas a questões que poderiam ser solucionadas em consequência da vitória no próximo pleito” (PRZEWORKI, 1989, p. 281).

Atenuavam a problemática em relação ao plano imediato, mas limitavam questões que não pudessem contribuir para a vitória

eleitoral. As reformas somente levariam ao socialismo se atendessem três fundamentais características: fossem irreversíveis, cumulativas em seus efeitos e, acima de tudo, orientadas para o socialismo.

O argumento exposto traz uma vertente que, parafraseando Rosa Luxemburgo, concentra reformas em um único momento, no processo eleitoral. Uma boa alegoria para ilustrar tal tendência encontra-se nas propostas de desenvolvimento sustentável combinadas com estabilização macroeconômica e reformas estruturais, isso porque, além de comprometerem os investimentos destinados às políticas públicas, as restrições econômicas resultantes dos estágios de contenção de despesas e equilíbrio fiscal inviabilizam qualquer proposta de política econômica alternativa.

Uma “nova estratégia” é resultado de uma análise mais apurada das perspectivas históricas do movimento. Com a insuficiência das condições econômicas e do apoio político, cada degrau conquistado na escada do poder dependia do resultado e da confirmação política (representação) do apoio dos trabalhadores; os socialistas optaram pela troca condizente com os objetivos em curto prazo, aqueles possíveis no período destinado à gestão (organização e funcionalidade) da coisa pública.

4 Considerações finais

Foi somente a partir de 1960 que os teóricos marxistas atribuíram uma sistematização essencial às discussões nesse campo. Isso se deve, sobremaneira, a duas situações: à deterioração do projeto de emancipação da classe operária formalizada no Manifesto Comunista e ao excessivo e conflitante papel atribuído ao Estado de servir como superestrutura aos interesses da classe economicamente dominante.

A preocupação neste início de século, destacando uma escolha desmedida entre o socialismo ou a barbárie, remete ao enfrentamento dos cientistas sociais em relação aos diversos matizes do Estado sobre a sua natureza e o seu papel preciso numa sociedade conduzida pelo paradigma empresarial – a saber: uma orientação dedicada às normas do mercado e à valorização constante do “valor venal”.

Resgatamos a natureza do Estado com respeito a sua materialização expressa nos interesses gerais da sociedade e no instrumento de harmonia no eterno embate entre o público e o privado. Diante disso, à luz de uma profunda e secular crise estrutural, cabe enunciar que no universo capitalista as possibilidades de emancipação política são determinadas nas incongruentes ramificações do ideário socialista: revolucionários, reformadores e revisionistas. Esse dilema pressupõe uma reafirmação e contribuição constante à crítica da economia política no que diz respeito à limitação do Estado por forças e pressões que lhe são externas.

Com o avanço da ambição e do jacobinismo, as coisas desmoronavam para os sociais democratas reformistas moderados, assim como para os comunistas e outros revolucionários. [...] Os marxistas e não marxistas, os revolucionários e os reformistas, todos acreditavam em última análise que o capitalismo não fosse capaz de produzir as condições de uma vida agradável para a humanidade, uma sociedade dedicada à justiça e ao bem-estar universal. [...] Chegara a hora dos políticos realistas e tecnocratas. E ambos precisam operar em uma economia de mercado e adequar-se às suas exigências. Sem dúvida, a crítica já não era suficiente, mas o que certamente eu dizia, é que era mais essencial do que nunca (HOBBSAWM, 2002, p. 305-306).

No que se refere a isso, a eficácia da análise marxista permanece bem atual. É só recuperarmos a *Crítica ao Programa de Gotha*, escrito em 1875, no qual questiona como pode o Estado ser transformado de um órgão imposto acima da sociedade num órgão totalmente a ela subordinado, para comprovarmos que mesmo os seus mais ardorosos opositores, necessariamente, adotam em larga escala sua análise do capitalismo.

É relevante destacar que o que estava em discussão era o impasse entre reformismo e revolução nos programas de cunho socialista. Dessa maneira, o debate envolve duas posições distintas: a aceitação do sufrágio universal e as regras impostas pelas instituições políticas existentes para, consequentemente, democratizar o Estado e as relações de trabalho de modo a permitir maior participação dos trabalhadores; e, segundo, transcender a situação de total carência e desespero com a derrubada da presente sociedade e substituição, apesar de incerta e sem um programa efetivo de gestão, de uma nova e melhor que propiciasse a emancipação da classe trabalhadora para além do Estado e do mercado.

Ao observarmos a história do pensamento econômico-político contemporâneo, em especial o período a partir do século XIX, verificamos que, em termos gerais, as propostas referendadas em *Economia de Estado* e *Economia de Mercado*, jamais se apresentaram mutuamente excludentes. “Mercado e o Estado, o dinheiro e o poder, a economia e a política, o capitalismo e o socialismo não são, na verdade, alternativas, mas constituem os dois polos de um mesmo campo histórico da modernidade” (KURZ, 1997, p. 93).

Mesmo modelos de planejamento estatal dependem, em sua implementação, da compreensão das formas de mercado. Por conseguinte, os ideólogos do liberalismo econômico necessitam também, para viabilizar o espectro concorrencial, da participação estatal. Todavia, como o próprio Marx salientava em sua *Contribuição à crítica da economia política* (1977), é deveras inseguro aceitar uma interpretação da História baseada em séries fixas de evolução e desenvolvimento. Ou seja, o modelo de reprodução do sistema capitalista não pode ser mais avaliado com os nossos atuais instrumentos – em apreço ao rigor científico e em prol da renovação constante da teoria marxista.

Destarte, recuperamos a linha mestra de nosso trabalho e verificamos que as “intenções reformistas” são mais condizentes com a necessária, até o momento, manutenção da ordem social e com a “livre disputa” por competitividade (crescimento econômico). Um paradoxo da modernidade que, sob orientação social democrata, é subserviente ao livre jogo das finanças internacionais e ao recrudescimento da crise estrutural do sistema capitalista.

A passividade é o contraponto a ser desafiado. Após mais de meio século, as palavras de Hannah Arendt continuam a ecoar na imensidão desses tempos sombrios, o totalitarismo do mercado não cedeu espaço para uma intervenção estatal voltada à recuperação da representatividade dos interesses sociais, mas foi subjugado aos interesses legitimados pela ampliação do espaço jurídico de enriquecimento abstrato do capital – o que é uma dificuldade cada vez mais premente para analisarmos os efeitos devastadores da sobrevalorização do capital nas iniciativas políticas de emancipação da humanidade.

Manifestamos, assim, uma orientação em favor da teoria crítica, uma profunda reestruturação da vida quotidiana, o dissipar da névoa

que encobre uma outra perspectiva para além do Estado e do fetiche do capital. Propomos e incitamos os atores sociais a assumirem o comando de seus destinos, a enfrentarem o desafio e a carga de nosso devir histórico para consolidar o ideal de justiça. Afinal, como assevera Hobsbawm:

Talvez não esteja consumada agora da maneira que pensávamos que poderia, quando ainda acreditávamos na revolução mundial. Mas não se deveria dizer que nós não acreditamos mais na emancipação da humanidade (1991, p. 222).

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: UNESP, 1996.
- BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: UnB, 1998.
- _____. *O marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BRAUNTHAL, Julius. *History of the internationals*. New York: Westview Press, 1961.
- COLE, G. D. *Historia del pensamiento socialista*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1974.
- DEUTSCHER, Isaac. *Marxism of our time*. Londres: Ramparts Press, 1972.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.
- _____. *Estratégias para uma esquerda racional*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1991.
- _____. *O nosso século*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- _____. *Revolutionaries*. New York: New American Library, 1973.
- _____. *Tempos interessantes*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.
- _____. *Os últimos combates*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MARCUSE, Herbert. *Eros and civilization*. New York: Vintage Books, 1962.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Global, 1986.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

THOREAU, Henry. *Walden ou a vida nos bosques*. São Paulo: Aguariana, 2001.